

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	191.725
Preferenciais	0
Total	191.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	869.356	908.728
1.01	Ativo Circulante	67.415	123.681
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.264	110.020
1.01.03	Contas a Receber	10.530	11.886
1.01.03.01	Clientes	10.530	11.886
1.01.06	Tributos a Recuperar	964	390
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	964	390
1.01.07	Despesas Antecipadas	615	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42	52
1.01.08.03	Outros	42	52
1.01.08.03.01	Outros Créditos	42	52
1.02	Ativo Não Circulante	801.941	785.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.333	41.692
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.035	4.466
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.035	4.466
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	13	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	48.285	37.226
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	29	25
1.02.01.09.04	Titulos e Valores Mobiliarios	48.256	37.201
1.02.03	Imobilizado	20.654	21.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.654	21.572
1.02.04	Intangível	728.954	721.783
1.02.04.01	Intangíveis	728.954	721.783

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	869.356	908.728
2.01	Passivo Circulante	199.453	103.965
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.870	1.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.870	1.855
2.01.02	Fornecedores	4.315	6.831
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.315	6.831
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.454	2.733
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.454	2.733
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	2.454	2.733
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	77.315	67.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.499	10.492
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.499	10.492
2.01.04.02	Debêntures	66.816	56.671
2.01.05	Outras Obrigações	98.105	11.421
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.725	0
2.01.05.02	Outros	10.380	11.421
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.593	6.593
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	540	570
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.247	4.258
2.01.06	Provisões	15.394	13.962
2.01.06.02	Outras Provisões	15.394	13.962
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	12.794	12.527
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	486	84
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	2.114	1.351
2.02	Passivo Não Circulante	451.483	591.818
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	435.703	441.921
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	83.735	86.272
2.02.01.02	Debêntures	351.968	355.649
2.02.02	Outras Obrigações	47	134.994
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	47	134.994
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	47	134.994
2.02.03	Tributos Diferidos	11.170	9.997
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.170	9.997
2.02.04	Provisões	4.563	4.906
2.02.04.02	Outras Provisões	4.563	4.906
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	4.484	4.843
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	79	63
2.03	Patrimônio Líquido	218.420	212.945
2.03.01	Capital Social Realizado	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	191.725	191.725
2.03.02	Reservas de Capital	65	52
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	65	52
2.03.04	Reservas de Lucros	21.168	21.168
2.03.04.01	Reserva Legal	1.388	1.388
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	19.780	19.780
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.462	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.369	57.302
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.227	-30.339
3.03	Resultado Bruto	30.142	26.963
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.460	-3.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.458	-3.505
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.682	23.458
3.06	Resultado Financeiro	-17.209	-14.585
3.06.01	Receitas Financeiras	3.363	11.667
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.572	-26.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.473	8.873
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.011	-3.021
3.08.01	Corrente	-1.407	-1.362
3.08.02	Diferido	-1.604	-1.659
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.462	5.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.462	5.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02848	0,05246

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	5.462	5.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.462	5.852

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-30.216	42.986
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	34.016	40.766
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.473	8.873
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.532	4.594
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado	280	596
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ notas promissórias, financiamentos, empréstimos e debêntures	16.662	25.858
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	16	6
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção e para construção de obras futuras, líquidas	415	477
6.01.01.07	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	256	392
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-1.147	-30
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	3.516	0
6.01.01.10	Premio de Opcoes	13	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.232	2.220
6.01.02.01	Clientes	1.356	903
6.01.02.02	Despesas antecipadas	718	1.511
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-574	0
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-4	0
6.01.02.05	Outros créditos	10	-36
6.01.02.06	Fornecedores	-2.516	271
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	15	400
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-279	89
6.01.02.09	Empresas relacionadas	-50.751	17.612
6.01.02.10	Tributos diferidos	0	1.660
6.01.02.11	Outras contas a pagar	-1.011	-1.345
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.005	-1.847
6.01.02.13	Juros pagos	-10.191	-16.998
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.065	-9.675
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-494	-2.763
6.02.02	Aquisição de intangível	-11.571	-6.912
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.475	-20.666
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-9.908	-8.119
6.03.02	Captção de debêntures	0	358.475
6.03.03	Pagamento de credor pela concessão	-30	-22
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-2.537	-371.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-54.756	12.645
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.020	5.656
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.264	18.301

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	13	0	0	0	13
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	13	0	0	0	13
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.462	0	5.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.462	0	5.462
5.07	Saldos Finais	191.725	65	21.168	5.462	0	218.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	0	5.500	0	0	197.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.852	0	5.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.852	0	5.852
5.07	Saldos Finais	191.725	0	5.500	5.852	0	203.077

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	65.025	61.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.836	59.229
7.01.02	Outras Receitas	2.189	2.193
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.507	-25.185
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.230	-23.113
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.277	-2.072
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.518	36.237
7.04	Retenções	-5.532	-4.594
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.532	-4.594
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.986	31.643
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.363	11.667
7.06.02	Receitas Financeiras	3.363	11.667
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.349	43.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	38.349	43.310
7.08.01	Pessoal	4.671	4.065
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.804	3.377
7.08.01.02	Benefícios	679	561
7.08.01.03	F.G.T.S.	188	127
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.644	7.141
7.08.02.01	Federais	4.972	4.765
7.08.02.03	Municipais	2.672	2.376
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.572	26.252
7.08.03.01	Juros	14.424	9.337
7.08.03.03	Outras	6.148	16.915
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.462	5.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.462	5.852

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 1T12: *Margem EBITDA de 51,7%*

Itaquaquecetuba, 11 de maio de 2012 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012 (1T12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 1T12 foi de R\$ 60.369 mil, um aumento de 5,4% em relação ao 1T11.
- O EBITDA de R\$ 31.214 mil no 1T12 demonstra um crescimento de 11,3% em relação ao 1T11 resultando na margem EBITDA de 51,7%.

Destques (em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos equivalentes	20.904	19.795	5,6%
Tarifa Média ¹	2,47	2,30	7,1%
Receita líquida	60.369	57.302	5,4%
Lucro líquido	5.462	5.852	-6,7%
EBITDA ²	31.214	28.051	11,3%
Margem EBITDA	51,7%	49,0%	2,7 p.p
Capex	12.065	9.675	24,7%
Dívida Líquida ³	409.498	361.863	13,6%

¹ em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

³ O valor da dívida líquida refere-se ao exercício findo de 31/12/2011.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta nova concessão está alinhada com a nossa estratégia de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 1T12 totalizou R\$ 65.025mil, um aumento de 5,9% em comparação aos 1T11.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Receitas de Pedágio	51.556	45.583	13,1%
Receitas Acessórias	2.189	2.193	-0,2%
Receita de Construção ICPC-01	11.280	13.646	-17,3%
Total	65.025	61.422	5,9%

No 1T12, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 79,3% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Comentário do Desempenho

Receita de Construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido na concessionária no 1T12.

Veículos equivalentes pagantes			
(em milhares)	1T12	1T11	Var.
Passeio	14.080	13.420	4,9%
Comercial	6.824	6.375	7,0%
Total	20.904	19.795	5,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 67,4% corresponderam ao tráfego de veículos passeio e 32,6% corresponderam aos veículos comerciais no 1T12.

Comentário do Desempenho

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em R\$)	1T12	1T11	Var.
Ecopistas	2,47	2,30	7,4%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 1T12 totalizou R\$34.685, 57,5% sobre a receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Pessoal	4.671	4.065	14,9%
Conservação e manutenção	2.740	2.120	29,2%
Serviços de terceiros	4.542	4.595	-1,2%
Seguros	718	574	25,1%
Poder concedente	1.612	1.433	12,5%
Depreciação e amortização	5.532	4.593	20,3%
Provisão manutenção ICPC 01	417	478	-12,8%
Custo de construção de Obras ICPC 01	11.280	13.646	-17,3%
Locações e outros	3.173	2.335	35,9%
TOTAL	34.685	33.844	2,5%

() Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.*

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 31.631 mil, um crescimento de 10,9% em relação aos R\$ 28.529 mil obtidos no 1T11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 64,4%, apresentando uma queda de 1,0 pontos percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 1T12, o EBITDA totalizou R\$ 31.214 mil, um crescimento de 11,3% em relação aos R\$28.051 mil obtidos no 1T11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 51,7% no 1T12, um crescimento de 2,7 pontos percentuais em relação ao 1T11.

EBITDA sem IFRS			
(em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
EBITDA IFRS	31.214	28.051	11,3%
Receita de construção	(11.280)	(13.646)	-17,3%
Custo de construção	11.280	13.646	-17,3%
Provisão para manutenção	417	478	-12,8%
EBITDA Ajustado	31.631	28.529	10,9%
Margem EBITDA Ajustada	64,4%	65,4%	-1,0p.p

EBITDA IFRS			
(em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Lucro do trimestre	5.462	5.853	-6,7%
Imposto de renda e contribuição social	3.011	3.022	-0,4%
Resultado financeiro	17.209	14.585	18,0%
Depreciação e amortização	5.532	4.598	20,3%
Outras (despesas)/receitas líquidas	-	(1)	-
EBITDA	31.214	28.051	11,3%
Margem EBITDA	51,7%	49,0%	2,7 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T12 foi negativo em R\$17.209 sendo que 83,8% referem-se aos juros sobre debêntures, financiamentos e contrato de mútuo apropriados no

Comentário do Desempenho

trimestre e 32,1% referente à variação monetária de juros sobre debêntures e sobre contrato de mútuo.

Resultados financeiro (em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Juros sobre debêntures	(8.804)	(5.777)	52,4%
Juros sobre financiamentos	(2.104)	(9.337)	-77,5%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(5.526)	(10.513)	-47,4%
Juros sobre contrato de mútuo	(3.516)	-	n.m
Receita sobre aplicação financeira	3.363	11.667	-71,2%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(256)	(392)	-34,7%
Outros efeitos financeiros	(366)	(233)	57,1%
TOTAL	(17.209)	(14.585)	18,0%

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2012, a dívida líquida da Companhia somou R\$409.498 mil.

Credores (em milhares de R\$)	31/03/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
BNDES	94.234	96.765	-2,6%	taxa TJLP+2,45% a.a	jun-21
Debêntures(*)	418.784	412.320	1,6%	IPCA+8,25%	jan-23
Dívida Total	513.018	509.085	0,8%		
Caixa e equivalentes de caixa	55.264	110.020	49,8%		
Aplicação financeira vinculada	48.256	37.201	29,7%		
Dívida Líquida	409.498	361.864	13,2%		

(*) As debêntures da Companhia por série são como segue:

Série	Valor do Principal	Juros
1ª série	92.500	1.444
2ª série	92.500	1.444
3ª série	92.500	1.444
4ª série	92.500	1.444

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na Companhia no 1T12 totalizaram R\$12.065 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX (em milhares de R\$)	1T12	1T11	Var.
Capex	12.065	9.675	24,70%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes: A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PARA AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas no mercado de capitais.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

As movimentações dos saldos do ativo imobilizado, intangível e outros relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2011 podem ser também obtidas nas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2011 disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No primeiro trimestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. A Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	4.686	4.591
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	<u>50.578</u>	<u>105.429</u>
	<u>55.264</u>	<u>110.020</u>

Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa de 100,0% a 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos de longo prazo.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	<u>48.256</u>	<u>37.201</u>

São formados por CDB e remunerados à taxa de 106,2% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. As aplicações foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de garantia para pagamento de juros e principal das debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 15).

Notas Explicativas

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico (*)	9.692	11.138
Cupons de pedágio	341	219
Outros	<u>497</u>	<u>529</u>
	<u>10.530</u>	<u>11.886</u>

A Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar".

Não há itens vencidos na composição de contas a receber.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	951	323
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>67</u>
	<u>964</u>	<u>390</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de março de 2012 é de R\$615 (R\$1.333 em 31 de dezembro de 2011) e é composto por prêmios de seguros a apropriar, classificados no circulante. Vide nota explicativa nº 29.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	25	-
Adições	3	24
Atualização monetária	<u>1</u>	<u>1</u>
Saldo final	<u>29</u>	<u>25</u>

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>19.161</u>	<u>385</u>	<u>884</u>	<u>233</u>	<u>909</u>	<u>21.572</u>
Adições	452	13	6	-	23	494
Depreciação	<u>(1.359)</u>	<u>(12)</u>	<u>(26)</u>	<u>(2)</u>	<u>(13)</u>	<u>(1.412)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>18.254</u>	<u>386</u>	<u>864</u>	<u>231</u>	<u>919</u>	<u>20.654</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	6,0	10,0	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de março de 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>720.901</u>	<u>280</u>	<u>602</u>	<u>721.783</u>
Adições	11.560	-	11	11.571
Baixas	-	(280)	-	(280)
Amortização	<u>(4.075)</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>(4.120)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>728.386</u>	<u>-</u>	<u>568</u>	<u>728.954</u>
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 2,18% (2,05% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	21
Provisão para manutenção	(8.669)	(8.800)
Amortização do intangível e juros capitalizados	<u>1.507</u>	<u>3.248</u>
	<u>(7.135)</u>	<u>(5.531)</u>
	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo diferido	4.035	4.466
Passivo diferido	<u>(11.170)</u>	<u>(9.997)</u>
	<u>(7.135)</u>	<u>(5.531)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do trimestre os seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(1.021)	(991)
Imposto de renda diferido	<u>(1.179)</u>	<u>(1.472)</u>
	<u>(2.200)</u>	<u>(2.463)</u>
Varição na:		
Contribuição social - corrente	(386)	(371)
Contribuição social - diferida	<u>(425)</u>	<u>(187)</u>
	<u>(811)</u>	<u>(558)</u>

Notas Explicativas

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do trimestre os seguinte montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.473	8.873
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(2.881)	(3.017)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(130)</u>	<u>(4)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.011)</u>	<u>(3.021)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	<u>(1.407)</u>	<u>(1.362)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	<u>(1.604)</u>	<u>(1.659)</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	896	945
Cofins	540	570
PIS	117	123
ISS na fonte	215	256
Outros	<u>686</u>	<u>839</u>
	<u>2.454</u>	<u>2.733</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional-				
BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	<u>94.234</u>	<u>96.764</u>
Circulante			<u>10.499</u>	<u>10.492</u>
Não circulante			<u>83.735</u>	<u>86.272</u>

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foram concedidos 3 subcréditos: o 1º subcrédito de R\$50.000, em 31 de maio de 2011; o 2º subcrédito de R\$29.200, em 31 de agosto de 2011; e o 3º subcrédito de R\$20.000, em 24 de novembro de 2011. A amortização ocorrerá mensalmente, de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas, ficando disponível para utilização o valor de R\$256.196. Entre outras, em garantia do empréstimo, a Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação,

Notas Explicativas

conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/03/2012</u>
2013	7.612
2014	10.150
2015	10.150
2016	10.150
Posteriores a 2016	<u>45.673</u>
	<u>83.735</u>

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Principal corrigido	398.739	393.213
Remuneração (juros)	31.680	30.970
Custos com emissão de debêntures	<u>(11.635)</u>	<u>(11.863)</u>
	<u>418.784</u>	<u>412.320</u>
Circulante	<u>66.816</u>	<u>56.671</u>
Não circulante	<u>351.968</u>	<u>355.649</u>

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira série no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

<u>Descrição</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2012	1ª série - R\$1.078,58 2ª série - R\$1.078,58 3ª série - R\$1.078,58 4ª série - R\$1.078,58
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).

Notas ExplicativasDescriçãoEcopistas

- b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
- c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).

Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2012			31/12/2011		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2013	27.179	(835)	26.344	35.747	(1.108)	34.639
2014	36.249	(1.113)	35.136	35.747	(1.108)	34.639
2015	36.249	(1.113)	35.136	35.747	(1.108)	34.639
2016	36.249	(1.113)	35.136	35.747	(1.108)	34.639
A partir de 2017	<u>226.564</u>	<u>(6.348)</u>	<u>220.216</u>	<u>223.415</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.093</u>
	<u>362.490</u>	<u>(10.522)</u>	<u>351.968</u>	<u>366.403</u>	<u>(10.754)</u>	<u>355.649</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo</u>	
		<u>Intangível</u>	<u>Passivo</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – mútuo (a)	Controladora direta	-	86.765
Circulante:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – mútuo (a)	Controladora direta	-	629
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	<u>24</u>	<u>331</u>
		24	87.725
Não circulante:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	<u>13</u>	<u>47</u>
		13	47
Total em 31 de março de 2012		<u>37</u>	<u>87.772</u>
Total em 31 de dezembro de 2011		<u>573</u>	<u>-</u>
<u>Demonstração do resultado</u>		<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	<u>1.337</u>	<u>694</u>
Total em 31 de março de 2012		<u>1.337</u>	<u>694</u>
Total em 31 de março de 2011		<u>521</u>	<u>1.483</u>

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$7.625, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de março de 2012, há um saldo em aberto de R\$86.725, atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de dezembro de 2012.

- (b) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$10.305, incluindo o aditivo contratual. Deste total, foram incorridos R\$1.589 e há um saldo de R\$8.716 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2012, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 em R\$858 (R\$834 em 31 de dezembro de 2011).

A remuneração dos administradores no trimestre está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Salários e ordenados	105	81
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.c)	13	-
Benefícios diretos e indiretos	<u>214</u>	<u>31</u>
	<u>332</u>	<u>112</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	7.682	580	-	-	8.262
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.013)	(165)	-	(106)	(2.284)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>525</u>	<u>-</u>	<u>95</u>	<u>-</u>	<u>620</u>
	<u>6.194</u>	<u>415</u>	<u>95</u>	<u>106</u>	<u>6.598</u>
Circulante	<u>1.351</u>				<u>2.114</u>
Não circulante	<u>4.843</u>				<u>4.484</u>

Notas Explicativas**18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,73% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	Efeito <u>financeiro</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	106	(3.864)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.328</u>	<u>161</u>	<u>-</u>	<u>3.489</u>
	<u>12.527</u>	<u>161</u>	<u>106</u>	<u>12.794</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>12.794</u>

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas variáveis	<u>540</u>	<u>570</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/2012</u>
Cível (a)	30	13	1	44
Trabalhista (b)	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>35</u>
	<u>63</u>	<u>13</u>	<u>3</u>	<u>79</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam em 31 de março de 2012 R\$532 (R\$861 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza trabalhista que totalizam em 31 de março de 2012 R\$522 (R\$279 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 (R\$191.725 em 31 dezembro de 2011) é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e empregados-chave que não sejam administradores estatutários da Companhia.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$13.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	21.693	21.187
Pedágio por equipamento eletrônico	28.143	22.894
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>1.720</u>	<u>1.502</u>
	51.556	45.583
Receita de construção	11.280	13.646
Receitas acessórias (*)	<u>2.189</u>	<u>2.193</u>
Receita bruta	65.025	61.422
Deduções da receita	<u>(4.656)</u>	<u>(4.120)</u>
Receita líquida	<u>60.369</u>	<u>57.302</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

Notas Explicativas**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Pessoal	4.671	4.065
Conservação e manutenção	2.740	2.120
Serviços de terceiros (*)	4.542	4.595
Seguros	718	574
Poder Concedente	1.612	1.433
Provisão para manutenção	415	478
Custos com construção	11.280	13.646
Depreciação e amortização	5.532	4.594
Locação	555	440
Outros	<u>2.620</u>	<u>1.899</u>
	<u>34.685</u>	<u>33.844</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	30.227	30.339
Despesas gerais e administrativas	<u>4.458</u>	<u>3.505</u>
	<u>34.685</u>	<u>33.844</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	<u>3.363</u>	<u>11.667</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(8.804)	(5.777)
Juros sobre financiamentos	(2.104)	(9.337)
Variação monetária sobre debêntures	(5.526)	(7.211)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(256)	(392)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(228)	(231)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.516)	(3.302)
Outras	<u>(138)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(20.572)</u>	<u>(26.252)</u>
Resultado financeiro	<u>(17.209)</u>	<u>(14.585)</u>

Notas Explicativas

25. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,03</u>	<u>0,05</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Lucro do trimestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>5.462</u>	<u>5.852</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>191.790</u>	<u>111.558</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2012, a participação nos lucros e resultados foi de R\$441 (R\$150 em 31 de março de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 % e 106,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	513.018	509.084
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(103.520)</u>	<u>(147.221)</u>
Dívida líquida	<u>409.498</u>	<u>361.863</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>218.420</u>	<u>212.945</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,87</u>	<u>1,70</u>

Notas Explicativas

- (i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	4.686	4.686
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	10.530	10.530
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	98.834	98.834
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	4.315	4.315
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	94.234	96.938
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	418.784	412.320
Credor pela concessão (v)	Outros passivos financeiros	540	540

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados se aproximam do valor justo na data do balanço.
- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com a taxa de 5,84% a.a., com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 31 de março de 2012.
- (v) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas na rubrica “Credor pela concessão”.

Notas Explicativas

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$2.393 (R\$11.138 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015 em diante</u>	<u>Total</u>
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	10.499	7.612	10.150	65.973	94.234
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	66.816	26.344	35.136	290.488	418.784

TJLP em 31 de março de 2012- 1,9741.

IPCA em 31 de março de 2012 – 5,24%.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Debêntures	Alta do IPCA	287.879	317.191	346.500
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	31.062	38.827	46.592

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
IPCA (a)	5,24%	6,55%	7,86%
TJLP (b)	1,974	2,47	2,96

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de março de 2012.

(b) Refere-se à taxa da TJLP em 31 de março de 2012.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$33 (R\$24 em 31 de março de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2012, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u> R\$ mil
Seguro garantia	Junho/2011 a junho/2012	163.224
All Risk - responsabilidade civil	Junho/2011 a junho/2012	183.944
All Risk - danos materiais	Junho/2011 a junho/2012	1.951.296
All Risk - perda de receita	Junho/2011 a junho/2012	183.944
All Risk - riscos de engenharia	Junho/2011 a junho/2012	33.385

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

Notas Explicativas

- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2011</u>
Receita de construção	11.280	13.646
Custos de construção	<u>(11.280)</u>	<u>(13.646)</u>
	=====	=====

Em 31 de março de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$317.568 (R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria, e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária do valor adicionado ("DVA") referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparada sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Ismar de Moura
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.